



## LIÇÃO 01

### *Lei e graça, do que se trata?*

De modo simples, pode-se dizer que lei é tudo o que Deus ordenou como obrigatório, permitido ou proibido no Antigo Testamento, e graça é o favor imerecido representado pela encarnação, morte e ressurreição de Jesus em nosso benefício.

Para aprofundar mais um pouco a respeito do que significa a lei (a graça ficará para a próxima lição), devemos fazer e tentar responder às seguintes perguntas:

- 1) Toda a lei é um único conjunto ou há tipos/usos diferentes da lei?
- 2) A lei foi dada por Moisés ou ela existia desde Adão? Se existia, onde estava ela ou por que modo ela podia ser conhecida?
- 3) Os dez mandamentos são toda a lei ou um resumo da lei?

A Lei dada sob a Antiga Aliança tinha três usos: civil (ou judicial ou político), cerimonial e moral.

A lei em seu uso civil ou político se aplicava à organização sócio-política de Israel como nação, em dado momento histórico. Por isso, salvo na inspiração de seus princípios (mas nunca na particularidade dos seus preceitos), não é necessariamente transplantável para outros contextos. Exemplos da lei civil estão nos capítulos 19 a 25 de Deuteronômio.

A chamada lei cerimonial (purificação, dieta e sacrifícios) era uma sombra que apontava para Cristo, tendo nele seu cumprimento definitivo. A lei cerimonial continha acentuado cunho litúrgico e simbólico, e por seu caráter transitório foi abolida no Novo Testamento (cf. Mt 15.20; Mc 7.15-19; I Tm 4.3-5; Hb 10.1-14 e 13.9,10). Exemplos do uso cerimonial da lei se encontram nos capítulos 14 a 18 de Deuteronômio.

A lei moral decorre do caráter Santo de Deus, se dirige ao ser humano enquanto tal, e é, por isso, perpétua: existia antes mesmo de sua “codificação” no Sinai e permanece vigente depois de Cristo. É importante observar que a lei moral nunca foi restrita à nação de Israel e toda ela (à exceção, talvez, segundo alguns, da observância do Sabá) foi reafirmada, reforçada e aprofundada como mandamentos no Novo Testamento (cf. Lc 16.16,17).

De Adão a Moisés, houve várias manifestações da existência da lei natural, inscrita no coração dos homens, e por isso, mesmo antes da “promulgação” da lei por meio de Moisés, Deus condenou, por exemplo, o assassinato de Caim, a geração de Noé e a iniquidade de Sodoma e Gomorra, além de ter, por outro lado, emitido juízos de aprovação de condutas (cf. as afirmações sobre a integridade de Noé, Jó, Ló etc.). Paulo argumenta em Romanos 5.12-14 que a morte reinou nesse período, e a morte é a pena pelo pecado. Na definição do Catecismo Maior de Westminster, na resposta à pergunta 24, “pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus ou a

transgressão de qualquer lei por Ele dada como regra à criatura racional”. Além do mais, a própria natureza revela os atributos de Deus (entre estes está a Santidade), sendo todos os pecadores, mesmo aqueles que nunca conheceram a lei mosaica, indesculpáveis (cf. Rm 1.19-23; Sl 8.1 e 19.1-6). Deus gravou Sua lei no coração do homem (Rm 2.14-15).

O “miolo” da lei moral foi expresso nos Dez Mandamentos, mas devemos recordar que a lei moral vai além deles (inclui outras ordenanças da lei mosaica, dos sermões dos profetas e, no NT, do ensino de Jesus e das epístolas). E, por outro lado, os Dez Mandamentos têm mais implicações do que pode parecer à primeira vista: consultar, por exemplo, os catecismos de Westminster, nos quais para cada um dos Dez Mandamentos há sempre a exposição dos diversos deveres, exigências e proibições ligados a cada mandamento. No Maior, observar as perguntas 103-148; no Breve Catecismo, as perguntas 45-81.

#### Conclusão e implicações práticas:

- ✓ O Antigo Testamento não é “peça de museu” para o cristão. Como Paulo escreveu a Timóteo, “toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça” – e quando ele falou essas palavras a “Escritura” que ele tinha em mente era justamente o que hoje conhecemos por Antigo Testamento;
- ✓ A lei moral tem três propósitos: 1) ser um espelho que reflete tanto a justiça perfeita de Deus como nossa própria pecaminosidade; 2) restringir o mal no mundo; 3) guiar os regenerados às boas obras que Deus planejou para eles.